

A Base Nacional Curricular Comum:

Parecer de Marieta de Moraes Ferreira

A Base Nacional Curricular Comum proposta pelo Ministério da Educação em setembro de 2015 tem como objetivo “sinalizar os percursos de aprendizagem e desenvolvimento dos Estudantes ao longo da Educação Básica” em todo o Brasil. Ela deve fornecer, portanto, um pano de fundo comum, uma descrição de intenções educativas, não apenas uma lista de conteúdos a serem ensinados e aprendidos.

O texto de apresentação da área de ciências humanas e seus objetivos na educação básica é bastante claro e, no meu entendimento, satisfatório. No entanto, o componente curricular História para o Ensino Fundamental e o Ensino Médio tem gerado muitas críticas consistentes.

Um primeiro ponto a ser destacado é a falta de clareza acerca dos itens elencados para cada série, se são objetivos ou são conteúdos a serem trabalhados. A estratégia de estruturar a proposta em quatro eixos (procedimentos de pesquisa; representações do tempo; categorias, noções e conceitos e dimensão política cidadã) é interessante, mas de difícil operacionalização, especialmente o eixo de “categorias, noções e conceitos”, pois é tratado de forma descontextualizada e não historicizada. São também pouco claras as noções utilizadas de mundo brasileiro, mundo africano etc.; comunidades; representações, o que dificulta o uso pelos professores, e, especialmente, a seleção dos temas que deverão ser incluídos e ensinados. O uso dessas denominações imprecisas nos colocam a questão: o que são “mundos” brasileiros, ameríndios, africanos, europeus? Porque não usar a palavra História?

Avançando na leitura do documento, uma das críticas mais contundentes que tem sido veiculada é a de que a BNCC suprime a noção de temporalidade – tão essencial ao historiador –, substituindo-a por parâmetros temáticos. De fato, essa questão merece ser revista.

A questão das temporalidades

A partir do 6º ano, menciona-se o estudo dos tempos históricos e a análise de processos históricos, mas a abordagem não possibilita atingir esse objetivo com a apresentação de eventos históricos de maneira fragmentada e sem ordenação cronológica.

Os eixos “representação do tempo” e “categorias, noções e conceitos” apresentam recortes cronológicos demasiadamente amplos, do século XVI ao século XXI, abandonando uma periodização mais específica.

Especialmente os tópicos 073 e 074 desse eixo são problemáticos por apresentarem conceitos não historicizados e de difícil abordagem. Ver a seguir.

CHHI6FOA073 Identificar e problematizar as diferentes formas de representação da divisão da história brasileira (Brasil Pré-Colonial, Brasil Colônia, Brasil Reino, Brasil Império e Brasil República), estudando trajetórias de sujeitos, instituições e ideias, além de acontecimentos relativos às experiências política, econômica, social e cultural brasileiras.

CHHI6FOA074 Conhecer e problematizar as diferentes formas de organização política do Brasil, desde o período da colonização portuguesa até a contemporaneidade (Colônia, Estados do Brasil e do Grão-Pará e do Maranhão, Reino Unido a Portugal e Algarves, Império do Brasil e República Federativa).

Qual a estratégia para estudar trajetórias de sujeitos, instituições, ideias no Brasil Colônia, Brasil Império e Brasil República? Como problematizar as formas de organização do Brasil Colônia e República sem contextualização?

Esse exemplo se repete em vários outros momentos como no 1º ano do Ensino Médio. O aluno que antes percebia que o encontro entre índios e europeus derivava do processo expansão marítima pelo Atlântico, ação que em grande parte só foi possível devido ao fortalecimento do poder real frente às aristocracias feudais, agora passaria a entender o “mundo ameríndio” como algo separado da História Europeia. O grande problema é que ao abandonar qualquer tipo de cronologia, abandona-se também outro elemento central da disciplina História, o *contexto*. Cada fato, ação, instituição ou processo só adquire significado dentro do contexto em que se insere. A fragmentação colocada pela proposta da BNCC, porém, retira os elementos que quer estudar de seus contextos mais amplos.

O foco na História do Brasil e na História da África

Ainda que as críticas à dominância de uma história europocêntrica na educação básica brasileira seja pertinente, o tratamento dado à História da Europa e da Ásia na BNCC acaba por gerar muitas distorções. Passamos de uma supervalorização para praticamente sua exclusão.

História Antiga e Medieval, por exemplo, foram deixadas de lado pelo projeto da BNCC. Só há uma pequena menção no currículo do 3º ano, em que os professores deverão “valorizar os patrimônios materiais e imateriais dos povos europeu e asiáticos como gregos, romanos fenícios e mesopotâmicos reconhecendo o legado de sua cultura” (p. 265). Nesse ponto é importante lembrar que os alunos até então não teriam visto nenhum conteúdo de História Antiga e que no 3º ano o foco é em História Contemporânea, o que pode causar um problema para os professores que terão que explicar em meio aos processos de mundialização e globalização a democracia, a escrita cuneiforme, o direito Romano.

Penso que o programa atual de História Antiga, Medieval e Moderna possui demasiado detalhamento e exagero de temas, sendo difícil de ser cumprido. Mas alguns temas básicos poderiam servir como eixo transversal para dar conta de processos centrais para as sociedades contemporâneas como democracia e cidadania, direitos humanos. Percorrer como essas experiências históricas foram efetivadas no tempo pode ser um caminho rico. Acompanhar a noção de cidadania e direitos partindo da Grécia Antiga e de Roma, passando pelas lutas travadas por ocasião das revoluções liberais do final século XVIII que deram origem à *Declaração dos direitos do homem e do cidadão*, votada pela Assembleia Nacional francesa em 1789 e à *Declaração de Direitos do Bom Povo da Virgínia*, de 1776, chegando à *Declaração Universal dos Direitos Humanos* de 1948, demanda a transmissão de uma ideia de processo histórico e pode dar mais relevância ao estudo de sociedades distantes temporalmente, mas que tiveram forte influência na atualidade.

No 2º ano do Ensino Médio, por exemplo, os alunos são convidados a “Interpretar criticamente as colonizações inglesa, espanhola, francesa e holandesa nas Américas, comparando-as com as formas de colonização e de trabalho humano no Brasil ao longo do século XVI ao XIX” (p. 262). A comparação entre contextos históricos muito distintos exige um conhecimento aprofundado, o que não é muito levado em conta pela BNCC.

Outra questão problemática é que a ênfase na História do Brasil, tal como está apresentada, não permite uma vinculação maior com os processos históricos globais. Se

há a pretensão de que o foco na História do Brasil não exclua sua articulação com o mundo, é difícil perceber como os alunos serão capazes de fazer isso, já que os eventos internacionais não são diretamente relacionados ao Brasil. Geralmente só aparecem de relance, como no caso da Revolução Francesa (mencionada apenas em relação a seus efeitos na Independência do Brasil).

Analisando os componentes do Ensino Médio do BNCC, percebemos que a partir de uma abordagem multiculturalista o objetivo da base é demonstrar como a História do Brasil tem como protagonistas índios e negros, enquanto as heranças europeias são mencionadas quase sempre em segundo plano. É verdade que no 3º ano o foco é – juntamente com a Ásia – o mundo europeu. Entretanto, somente poucos grandes temas da História europeia e asiática são escolhidos para serem trabalhados, quase todos no século XX e de forma muito fragmentada. Assim, a proposta, além de atribuir um peso pequeno à História da Europa e da Ásia, organiza os conteúdos de maneira de difícil execução.

Um caso exemplar é o item 050 (p. 265), do 3º ano do Ensino Médio: como trabalhar noções espaciais e temporais como Perestroika, Glasnost, Queda do muro de Berlim, Revolução Cultural Chinesa, criação do Estado de Israel sem ter estudado Segunda Guerra Mundial, Revolução Russa e Chinesa? Insuficiências dessa natureza são resultantes da pouca valorização da história política, desaparecimento de personagens e eventos e do abandono completo da cronologia.

Sugiro que a distribuição dos conteúdos no Ensino Médio seja revista. Destina-se o 1º ano inteiro a mundos ameríndio, africano e afro-brasileiros e mundos europeu e asiático apenas no 3º ano, o que me parece problemático. Considerando que no Ensino Fundamental a proposta foi privilegiar o estudo da História do Brasil, o 1º ano do Ensino Médio deve ser dedicado a História da Europa e da Ásia. No 2º ano mantêm-se a História da América articulada à História da Europa, a partir das grandes revoluções do século XVIII, e, no 3º ano, o século XX conectando História Geral e do Brasil. Assim, no Ensino Médio a relevância da História da Europa e da Ásia estaria mais contemplada.

Outro problema da BNCC, ainda que exista uma intenção oposta a essa, é que o estudante é muitas vezes visto, sobretudo no Ensino Fundamental, como um receptor passivo do conhecimento. Ele deve *reconhecer, conhecer, identificar, compreender*, mas em nenhum momento ele *investiga, analisa, ou interpreta*, comandos que só aparecerão a partir do Ensino Médio.

Há que se destacar ainda que no BNCC há repetições, sobreposições e lacunas, dificultando a formação de um todo coerente. Assim, no 7º ano os alunos vão estudar produção para exportação (numa formulação que remonta à ideia de ciclos econômicos da historiografia do início do século XX), escravidão, conflitos entre poder local e central dos séculos XVII ao XIX, abolição, movimentos indígenas do século XX, entre outros temas, mas no 8º ano recuarão ao século XV para o estudo do início da expansão portuguesa, do contexto da África e dos indígenas no mesmo período, incluindo a análise da escravidão dentro da África, retornando depois ao processo de colonização e independência. Da mesma maneira, como se articula a relação entre a organização dos povos existentes em território americano no final do século XV com os conflitos armados nas Américas no Oitocentos, como a Guerra de Secessão nos EUA, a Guerra do Paraguai e a Guerra do Pacífico.

Devem merecer também atenção o uso de noções ultrapassadas do ponto de vista historiográfico, tais como ciclos econômicos, República Velha e interpretações enviesadas que denominam o Movimento de 30 como Golpe de 30, e o movimento paulista de 32 como Revolução Constitucionalista de 1932.

Por fim, cabe destacar que a proposta do BNCC para História não sinaliza para a interdisciplinaridade que permeia há anos os debates sobre o ensino de História no Brasil e que é importante para entendermos que as diversas disciplinas podem e devem estar em diálogo. Além disso, devemos ainda perceber que se de fato essa proposta for aprovada, profundas mudanças deverão impactar não apenas o ensino básico, mas também o ensino superior e em especial as licenciaturas.

Acredito que uma base nacional é, sim, de grande importância. Criar uma homogeneização e padronização do ensino é interessante para garantirmos a aprendizagem de habilidades e competências que consideramos essenciais para o entendimento do mundo e da sociedade que cerca os estudantes. Entretanto, para instituímos algo semelhante, não creio que seja eficaz uma ruptura com certos princípios canônicos que orientam a disciplina História. A BNCC não é um projeto experimental que se não funcionar adequadamente pode ser mudado no semestre seguinte, mas um projeto de lei que deverá ser aprovado pelo Congresso Nacional e deverá vigorar por vários anos. Diante disso, acredito que devemos ser prudentes na proposição de mudanças. Os grandes eventos e marcos da História da Europa não podem ser suprimidos e sua historicidade deve estar garantida.

Para concluir, reafirmo que a valorização da história do Brasil e da África é muito louvável, mas essa mudança precisa ser melhor equilibrada. Se é importante ter uma visão crítica e reformular uma concepção de história europocêntrica, não se pode cair no extremo oposto e minimizar a importância da cultura ocidental para o entendimento da sociedade brasileira contemporânea.

Rio de Janeiro, 20 de janeiro de 2015

Marieta de Moraes Ferreira

Prof. titular de História do Brasil da UFRJ

Coordenadora nacional do mestrado profissional de Ensino de História (prof. hist.)

Coordenadora do programa FGV Ensino Médio